





© China Daily

Belt and Road Initiative:

Uma análise da conjuntura regional e das implicações para o Médio Oriente

Diogo CardosoWorking Paper
(Outubro 2021)

Resumo

A *Belt and Road Initiative*, consagrada na Constituição da República Popular da China, sob a presidência de Xi Jinping, é um dos pontos fulcrais da política externa chinesa atualmente. O objetivo principal desta iniciativa é fortalecer a liderança económica de Pequim por meio de um programa de criação e desenvolvimento de infraestruturas em todos os continentes do planeta, exceto na América do Norte. Sob esta iniciativa, o Médio Oriente apresenta-se com destaque devido às suas riquezas em hidrocarbonetos e à sua localização geoestratégica extremamente importante na prossecução dos objetivos da BRI, tanto na sua componente terrestre como marítima, por se tratar de uma região onde se intersetam ambas as rotas. Por motivos históricos, a China mantém boas relações com os líderes do Médio Oriente e a BRI foi amplamente bem recebida pela maioria dos países da região, pelas muitas vantagens que podem advir da participação nesta iniciativa. No entanto, nem tudo são vantagens, existindo também implicações negativas que poderão impactar as dinâmicas regionais, sendo precisamente esse o ponto que estudaremos ao longo deste *working paper*.

Palavras-Chave: Belt and Road Initiative; Médio Oriente; República Popular da China

Abstract

Belt and Road Initiative, enshrined in the Constitution of the People's Republic of China under the presidency of Xi Jinping, is one of the focal points of Chinese foreign policy today. The main objective of this initiative is to strengthen Beijing's economic leadership through the development of infrastructure in every continent except North America. Under this initiative, the Middle East stands out due to its hydrocarbon wealth and its extremely important geostrategic location in pursuing BRI's objectives, both in its land and maritime components, as it is a region where both intersect the routes. For historical reasons, China maintains good with the leaders of the Middle East, and most countries in the region have widely welcomed BRI for the many advantages that can come from participating in this initiative. However, not all are advantages, there are also negative implications that could impact regional dynamics, which is precisely the point that we will study throughout this working paper.

Keywords: Belt and Road Initiative; Middle East; People's Republic of China

Introdução

O presente working paper pretende, de forma sucinta, descrever a evolução da presença da República Popular da China no Médio Oriente, as dinâmicas regionais de relacionamentos e por fim, as implicações geoestratégicas, geopolíticas e económicas da Belt and Road Initative (BRI) para o Médio Oriente. Partindo das afirmações chinesas sobre a BRI, lançada em 2013, (Anexo 1) de ser uma iniciativa com intenções económicas e de desenvolvimento, de lógica 'win-win' para todos os intervenientes, existem diversas opiniões sobre as reais intenções por detrás desta iniciativa. Com este pano de fundo, pretende-se responder à seguinte pergunta de partida: "Quais são as implicações da Belt and Road Initiative para o Médio Oriente e para as suas dinâmicas regionais?". No que concerne ao período temporal estudado, este working paper debruçar-se-á num período pré-covid-19, excluindo assim os impactos da pandemia, que são ainda imprecisos e não se revelam suficientes para serem enquadrados na presente análise.

Para a concretização do objetivo desta investigação recorreu-se a dados qualitativos, provenientes da consulta de obras e artigos científicos que se versam sobre o objeto de estudo, bem como outras fontes como *reports*. Por uma questão de imparcialidade, e com vista à obtenção de uma investigação diversificada e menos ideológica, recorreu-se a autores de diversos países, com diferentes perspetivas, permitindo uma seleção de dados e informações que expressem a realidade mais factual e menos opinativa.

O working paper seguirá uma estrutura simples, em parte devido às dimensões do mesmo, começando por uma análise da evolução da presença chinesa no Médio Oriente, ao longo dos anos, e que abrirá caminho a uma contextualização mais atual das relações entre a República Popular da China e os vários estados do Médio Oriente. Tendo em conta as dimensões da análise, foi realizada uma seleção dos países a analisar, visto que a região do Médio Oriente engloba mais de 15 países. Este working paper procurou contudo abranger a generalidade dos países na parte que concerne às contextualizações regionais e na parte de análise de implicações focou-se nos países mais importantes e que podem resultar num maior impacto na região.

A evolução da presença chinesa no Médio Oriente

A presença da República Popular da China no Médio Oriente é relativamente recente, apesar de que as dinastias imperiais que governaram a China, durante dois milénios, mantiveram relações com os reinos e impérios da região ao longo da história. A Pérsia e o Império Otomano estiveram vagamente ligados à China, através da Rota da Seda continental durante vários séculos. As relações sino-árabes, e os contactos modernos com o Israel é que são novos desenvolvimentos. Em consequência de tudo isto, não se verificou a emergência de uma visão geopolítica chinesa sobre a região Médio Oriente, em vez disso, a China tem se concentrado em desenvolver relações bilaterais com os seus parceiros regionais, mesmo que com o apoio de fóruns multilaterais, como o *China-Arab States Cooperation Forum* (Dedecan, 2020).

A crescente presença chinesa no Médio Oriente pode ser interpretada como uma consequência direta das mudanças na doutrina externa e de segurança de Pequim. Mao Zedong apresentou a sua estratégia militar, que ainda pode ser válida, mas com os líderes que se seguiram, a política externa evoluiu gradualmente. Com a chegada do Presidente Xi Jinping ao poder, deu-se uma grande mudança nas políticas chinesas, passando de um baixo perfil, defendido por Deng Xiaoping, e inaugurou-se uma nova era de ascensão da China em várias dimensões. Foram criados e implementados vários projetos (p.e a BRI, o MIC2025, a *Greater Bay Area*, entre outros) demonstrando que a China pretende perseguir os seus interesses nacionais, internamente e 'longe de casa'.

Essas transformações refletiram-se claramente na evolução das relações com os estados do Médio Oriente, não só a China expandiu a sua presença, embora de forma prudente e abstendo-se de tomar partido nos múltiplos conflitos da região, mas também conseguindo atrair um número significativo de estados regionais para a BRI, nomeadamente, o Irão, a Arábia Saudita, a Síria, os Emirados Árabes Unidos, o Bahrein, o Egito, Israel, a Turquia, o Iraque, o Iémen, o Qatar, os Territórios Palestinos (Palestina), a Jordânia, o Kuwait, o Omã e o Líbano (Hoh, 2019).

Por seu lado, a China tem uma gama diversificada de parceiros no Médio Oriente e esse relacionamento com os vários países evoluiu em diferentes fases e momentos. A escolha de parceiros era originalmente ditada por considerações ideológicas e políticas, e não geoestratégicas. Prevalecia o status do não-alinhamento da China, bem como o papel da Conferência de Bandung, em 1955, em que a ideologia do internacionalismo

comunista e a rejeição do imperialismo forneceram o contexto para a China 'escolher' os seus parceiros, na década de 50 e 60, não esquecendo que os países que mantinha relações diplomáticas com a República da China (Taiwan), não estavam dispostos ou não eram capazes de fazer parceria com a República Popular da China (Hiim & Stenslie, 2019).

A proclamação da República Popular da China ocorreu em 1949 e com essa proclamação surge uma nova abordagem para as relações internacionais que se baseia nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, que se mantêm até hoje e pautam as relações da China com os outros estados. Os princípios da não intervenção e não interferência, especialmente no auge das guerras árabe-israelitas e após as guerras de descolonização, tiveram ressonância especial para os estados árabes e forneceram uma plataforma ideológica comum com a China. Com as reformas económicas propostas por Deng Xiaoping, os objetivos económicos tornaram-se um dos critérios-chave na seleção de parceiros, isso tornou-se ainda mais importante nos países do Golfo Pérsico, que eram de fácil acesso e garantiam o acesso a recursos energéticos, da qual a China tanto precisava e ainda precisa (Janardhan, 2020).

Por último, para alem da criação de fóruns internacionais, como o *China-Arab States Cooperation Forum*, as parcerias da China com estados do Médio Oriente tendem a corresponder a três categorias distintas: as Parcerias Estratégicas, as Parcerias Estratégicas Abrangentes e as Potenciais Parcerias (Anexo 2). Existindo também subcategorias criadas em especial para situações especificas, como é o caso da Parceria Cooperativa Abrangente com a Turquia ou a Parceria Inovadora Abrangente com Israel, que se destacam das restantes por se tratarem de parcerias sem alinhamento (Rózsa, 2020).

As implicações da BRI para o Médio Oriente

As implicações da BRI para o Médio Oriente devem ser observadas tendo em conta o contexto dos desafios económicos e políticos da região atualmente. A crise económica de 2008, bem como os desafios macroeconómicos e financeiros que se seguiram a essa crise impuseram enormes desafios à região. Para além disso, nessa região existe um ambiente de negócios extremamente complexo, que se refletem em estados de direito fracos, baixo crescimento da produtividade, pouca diversificação económica e ainda baixa integração comercial e económica no contexto regional, que limitou a capacidade da região explorar o seu potencial significativo de crescimento económico (Nidblock, 2020).

Com a grande queda dos preços do petróleo é imperativo o fomento da diversificação económica e a restruturação industrial para muitos dos países, incluindo os países ricos em petróleo. A região do Médio Oriente precisa também de um grande e urgente investimento em infraestruturas para acelerar o desenvolvimento, criar novos empregos para a população jovem e criar um crescimento sustentado e inclusivo, sendo calculado que o Médio Oriente precisa de investir mais de 100 mil milhões de dólares anualmente para manter a infraestrutura existente e criar novas infraestruturas para atender ao seu crescimento populacional. Por outro lado, um dos grandes desafios enfrentado por várias economias é a falta de financiamento adequado, especialmente porque muitas dessas economias foram duramente atingidas pela queda nos preços do petróleo, pelo crescimento global mais lento e problemas no comércio internacional após a crise financeira global de 2008 e a instabilidade política que começou a acentuar-se após 2011 (Laadam, 2019).

Pelo meio dos desafios mencionados anteriormente, a região está a enfrentar mudanças geopolíticas sem precedentes, aumento do terrorismo e do extremismo religiosos, bem como crises políticas. À instabilidade política interna que se sente em países como o Egito, o Líbano ou a Arábia Saudita, vários países como a Síria, o Iêmen ou o Iraque, estão a testemunhar crises e guerras civis sem precedentes, além do crescimento exponencial da ameaça de terrorismo e jihadismo, nomeadamente do autoproclamado Estado Islâmico. A região está também a testemunhar uma mudança no equilíbrio de poder com o Irão, um estado estratégico para a BRI e com forte orientação revisionista, que luta para conseguir expandir o seu poder regional contra os governos sunitas do Golfo, que também são indispensáveis para a BRI (Sun, 2019).

Apesar dos desafios políticos e económicos mencionados, o Médio Oriente encontra-se a atravessar três grandes desenvolvimentos positivos que podem ser vantajosos ao desenvolvimento da BRI na região. Em primeiro lugar, o levantamento das sanções ao Irão oferece uma oportunidade de promover esta iniciativa no Irão, especialmente porque a estrutura económica do país é diferente dos demais países produtores de petróleo da região e oferece consequentemente inúmeras oportunidades para as empresas chinesas, sendo que nos últimos anos tem se assistido a um grande aumento do investimento direto chinês no Irão. Em segundo lugar, o processo de modernização e de grande desenvolvimento económico da Arábia Saudita, incluindo a privatização da Saudi Arabian Oil Company (Saudi Aramco), que foi descrita por alguns

altos funcionários sauditas como uma revolução disfarçada de reforma económica, que oferece à China uma oportunidade de promover o seu envolvimento económico com o Reino da Arábia Saudita. Durante a visita do Rei da Arábia Saudita, Salman bin Abdulaziz Al Saud, à República Popular da China, em 2017, foram assinados acordos bilaterais que ascendiam a 65 mil milhões de dólares, incluindo um Memorando de Entendimento entre a Saudi Aramco e a China North Industries Group Corp (Norinco) para estudar a construção de refinarias de petróleo na China. De acordo com o que foi noticiado nos media, os dois Chefes de Estado discutiram a possibilidade de um dos fundos soberanos da China, o China Investment Corporation, puder investir na oferta pública inicial da Saudi Aramco, algo que se verificou mais tarde. A Arábia Saudita procura então aprofundar a posição da Saudi Aramco no Sudeste Asiático, desenvolvendo os modelos negociais da empresa e aumentando o valor da empresa. Por último, e mais importante, uma recente e crescente convergência estratégica de interesses surgiu entre algumas partes, e a cooperação entre Israel e vários países sunitas, incluindo os Estados do Golfo e o Egito, impulsionada devido a um interesse comum em combater o Irão e o terrorismo, sendo que esses desenvolvimentos abrem caminho a uma maior cooperação entre Israel e a República Popular da China, sem levantar grandes objeções ou suspeitas árabes (Kamel, 2018).

Ao observarmos a situação entre os países do Médio Oriente e a BRI, podemos perceber que estes países encontraram uma grande complementaridade entre os seus objetivos económicos e políticos e a iniciativa, sendo que a apoiaram por unanimidade, através da assinatura de Memorandos de Entendimento com a China ou expressando o seu apoio através de discursos políticos, tendo em mente que cada país, ao fazer isto, é guiado pelos seus objetivos e prioridades nacionais. Para o Irão, a BRI revela-se uma oportunidade única de desenvolver a sua economia dilacerada por sanções, permitindo o desenvolvimento das suas infraestruturas obsoletas e aumentando o seu potencial, isto porque as sanções internacionais restringiram por muito tempo as suas ambições regionais. Para os Emirados Árabes Unidos, a BRI contribuirá para aumentar a diversificação económica, alem de permitir ao Dubai incrementar a sua posição enquanto centro financeiro internacionais, para além de sua posição enquanto centro logístico mundial. Para a Arábia Saudita, a BRI reforçaria as exportações de petróleo para a China, permitindo ao país combater as exportações em queda para os EUA, sendo que a BRI também é uma oportunidade para o reino transformar a sua posição estratégica como um

centro de logística global, indo ao encontro de um dos grandes objetivos da Visão 2030 da Arábia Saudita, uma estratégia para a redução da dependência do país no petróleo, diversificando a sua economia e desenvolvendo diversos setores. Já para o Egito, o interesse na BRI é enorme para o desenvolvimento de infraestruturas, especialmente de transporte e energia, e também para o desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento do Novo Corredor do Canal do Suez (NSCDP) (Janardhan, 2020).

Embora Pequim esteja a conceber a BRI de forma não ameaçadora e benéfica, apresentando-se como uso do *status quo* e como potência imparcial no Médio Oriente, as implicações económicas e geoestratégicas estão longe de ser neutras ou imparciais, sendo que esta iniciativa poderá ter um grande impacto na região, beneficiando alguns países mais do que outros e abrindo a porta a potenciais conflitos de interesses (Russel & Berger, 2019).

Benefícios desiguais para os países do Médio Oriente

Como já foi mencionado, o Médio Oriente está a atravessar um período de transição política estrutural, para além do aumento de tensões no que concerne ao equilíbrio de poderes na região, sendo muito provável que a BRI vá beneficiar alguns países mais do que outros, principalmente devido à posição geográfica estratégica de alguns dos países. No caso do Irão, este detém uma importância acrescida para a China, isto porque, politicamente, o Irão pode impedir a penetração de extremistas religiosos sunitas em Xinjiang, onde vive a minoria muculmana dos Uigures. Numa perspetiva económica, o Irão é um dos principais países no corredor económico China-Ásia Central-Ásia Ocidental da BRI e a segunda maior economia da região a seguir à Arábia Saudita, tornando-se assim crucial para o desenvolvimento da BRI. Para além do seu papel regional, o Irão possui a segunda maior reserva de gás natural do mundo e a quarta maior reserva de petróleo que apresentam uma oportunidade estratégica para a China, apresentando-se também como um hub estratégico que liga o Médio Oriente, a Ásia do Sul e a Ásia Central, na interseção da rota terrestre e marítima da BRI. Após o levantamento das sanções em 2016, surgiram inúmeras oportunidades para as empresas chinesas no Irão, sendo que este país poderá ajudar a China a mitigar as preocupações de segurança energética, devido à localização do mesmo no Estreito de Ormuz, podendo oferecer rotas terrestres bem mais seguras de que as marítimas, permitindo à China uma resolução ao Dilema de Malaca, que já remonta à presidência de Hu Jintao (Chen, 2020).

Durante a visita do Presidente Xi Jinping ao Irão, uma semana após o levantamento das sanções internacionais, a China atualizou o seu relacionamento com o Irão para uma Parceria Estratégica Abrangente, um movimento que a China relutava em concretizar a fim de não antagonizar outras potências regionais, como a Arábia Saudita. No decorrer dessa visita, foram assinados dezassete documentos e um Memorando de Entendimento para promover a BRI e expandir os investimentos mútuos, bem como o comércio através de ferrovias, portos e energia (Rózsa, 2020).

A BRI tem priorizado o Irão em relação aos outros países do Médio Oriente, abrindo caminho para que o Irão desempenhe um papel cada vez mais influente na região, embora outros países do Golfo também estejam a tentar aproveitar a oportunidade de beneficiarem da BRI, apesar de conseguirem ganhos relativamente menores. Com os laços que mantém com o Iraque e com outros países árabes (e.g. Omã), o Irão está pronto a capitalizar a BRI e tornar-se uma potência regional, especialmente agora que se encontra ligado ao espaço económico da Eurásia através de uma rede de infraestruturas de alta velocidade, em franca expansão. Por outro lado, esta influência crescente do Irão pode tornar a BRI num jogo de soma zero para alguns países do Golfo, especialmente devido às diferentes posições e papeis que o Irão desempenha nos conflitos do Médio Oriente (p.e. Iémen ou Síria) e que diferem consideravelmente de países do Golfo liderados por sunitas, como a Arábia Saudita. Tudo isto poderá adicionar outra fonte de tensão na região, contradizendo as afirmações chinesas de que a BRI é uma iniciativa com benefícios para todos (Sun, 2019).

O Irão espera que o alinhamento com a China ajude na sua proteção contra a interferência estrangeira, estando a dedicar uma grande atenção política às iniciativas e traduzindo-a em projetos concretos. Outros países do Médio Oriente, apesar de terem recebido a BRI, até ao momento, não conseguiram remover os obstáculos para fazer negócios com a China e traduzir as suas intenções em projetos financiáveis e concretos. O governo iraniano conseguiu, de forma eximia, preparar vários projetos e oportunidades de negócios para a China investir e cooperar, incluindo a construção de portos e estradas, bem como projetos de gás natural, vendo a BRI como uma oportunidade única para reparar a sua economia dilacerada por sanções e desfrutando de uma oportunidade económica e de segurança única após o levantamento das referidas sanções (Sun, 2019).

Ásia Central VS. Médio Oriente – uma potencial competição

O Corredor Económico China – Paquistão (CECP), uma rota com milhares de quilómetros de extensão, que consiste em gasodutos, oleodutos, rodovias e ferrovias é um dos principais corredores económicos da BRI, que fornecerá imensas oportunidades geoestratégicas para a China, com um custo previsto de 75 mil milhões de dólares, e que inclui grandes desenvolvimentos no Porto de Gwadar, na rodovia que liga a China ao Paquistão, bem como o desenvolvimento de uma linha de fibra ótica, no âmbito da Digital Silk Road, e que ligará digitalmente os dois países (Shang, 2019).

O CECP é crucial para a prossecução dos interesses chineses e apesar de vários investigadores afirmarem que a China vai perder mais de 75% do seu investimento no Paquistão, a importância estratégica do país é fundamental e compensa as perdas monetárias. Cerca de 80% do petróleo que a China importa é transportado pelo Estreito de Malaca com destino a Xangai, podendo levar entre dois a três meses. No entanto, com o Porto de Gwadar operacional, a distância seria reduzida para menos de 1/3 e o tempo será significativamente reduzido. Com isto, o CECP fornecerá a Xinjiang, uma região sem litoral, o acesso ao Mar da Arábia e, consequentemente, ao Médio Oriente e à Europa, permitindo à China abrir novas rotas para o petróleo do Médio Oriente (Xing, 2019).

Todos estes benefícios e vantagens para a China, através do desenvolvimento dos portos do Paquistão vão, a médio e longo prazo, afetar diretamente os portos do Dubai, que poderão perder mais de 60% dos seus negócios. Segundo um estudo do AIIB (AIIB, 2018), o porto de águas profundas no Paquistão seria uma alternativa aos portos do Dubai, porque este está localizado no Estreito de Ormuz, podendo Gwadar receber navios de carga e petroleiros de grande porte. Por outro lado, o Porto de Karashi e Gwadar, no Paquistão, têm uma posição extremamente vantajosa e estratégica na região do Golfo e um enorme potencial para se tornarem um local de importância regional, permitindo ao Paquistão tirar vantagem da sua localização geograficamente estratégica, ligando vários pontos da Ásia (Kamel, 2018).

Canal do Suez – um ponto geoestratégico vital

O Canal do Suez está localizado entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Vermelho, oferecendo uma rota mais curta entre a Europa e o Oceano Índico, tornando assim o Egito um dos países mais importantes ao longo da Rota da Seda Marítima, uma vez que o Egipto

opera este canal. Conforme testemunhámos no mês de março, a obstrução ou inutilização deste canal pode facilmente impactar o comércio internacional, isto porque este canal lida com uma grande percentagem do comércio marítimo mundial. Por outro lado, a China há muito utiliza este canal como principal rota de navegação para a Europa, sendo que cerca de 25% dos navios que cruzam este canal têm bandeira chinesa. Vale a pena realçar que a economia de escala da China depende cerca de 60% do transporte marítimo. Todos estes fatores conjugados demonstram a importância geoestratégica do Egito, tornando-se um país crucial ao longo da BRI (Fraihat, 2019).

Para além disso, a China investiu muito no maior porto marítimo da Grécia, o Porto de Pireu, que se está a tornar um dos principais pontos de contacto da BRI na Europa, isto porque a China COSCO investiu cerca de mil milhões de dólares para modernizar o porto e posteriormente o adquirir. Como resultado do significativo investimento feito em Pireu, da criação do CECP, do centro logístico e base militar no Djibouti, o Canal do Suez torna-se de maior importância estratégica como parte integrante da Rota da Seda Marítima (Xing, 2019).

Devido à importância estratégica, a China investiu na criação da Zona de Cooperação Económica e Comercial China-Egito do Suez, que é até ao momento a única zona económica e comercial com apoio do governo de Pequim no Médio Oriente. Para além de criar milhares de empregos, a zona também desempenha um papel importante no aumento da cooperação industrial bilateral e na promoção da cooperação pragmática em investimentos e financiamento (Ponížilová, 2018).

Para o governo chinês, o Egito pode desempenhar o papel de centro logístico e uma porta de entrada para a Europa e para África. Em 2015, após a descoberta de uma reserva de gás incrivelmente grande, o Egito adquiriu uma nova dimensão de atratividade. A reserva de gás foi considerada a maior descoberta de gás natural alguma vez feita no Mar Mediterrâneo, que impactou o jogo energético no Mediterrâneo Oriental (Ponížilová, 2018).

Conjugando todos os fatores apresentados anteriormente, a China tem se empenhado em aumentar os compromissos político-diplomáticos e económicos com o Egito, dando-lhe o estatuto de Parceria Estratégica Abrangente em 2014. Por outro lado, o Banco Popular da China e o Banco Central do Egito também concluíram um acordo bilateral de *swap* de moeda no valor de 2,6 mil milhões de dólares em 2016. O Fundo de

Desenvolvimento China-África está a financiar parcialmente a expansão da Zona de Cooperação Económica e Comercial China-Egito do Suez, sendo que o Banco de Desenvolvimento da China também está a financiar projetos de infraestruturas no Egito. Durante a visita do Presidente Xi Jinping ao Egito, em 2016, a China concordou em financiar grandes projetos de infraestruturas no Egito e ajudar no desenvolvimento dos setores de pesca, agricultura, banca e tecnológico (Laadam, 2019).

As implicações económicas da BRI para o Médio Oriente

O Médio Oriente é uma das regiões menos integradas no contexto global e regional do mundo. O nível de proteção tarifária em relação ao resto do mundo é alto, e as medidas não tarifárias também representam barreiras significativas ao comércio de bens na região. São poucas exceções, mas a maioria dos países da região não participa na produção e no comércio das cadeias de valor global, o que impulsionou o crescimento do Sudeste Asiático e dos países da Europa Oriental e Central.

A BRI, com as suas imensas redes de infraestruturas e transporte de grande escala, tem um enorme potencial para alterar os padrões de comércio e investimento regional, redefinir centros e redes regionais e, mais importante, aumentar a contribuição do Médio Oriente para a cadeia de valor global. A BRI encontra-se a alterar profundamente os padrões regionais de comércio para a maioria dos países do Médio Oriente com o comércio bilateral entre a China e os catorze países do Médio Oriente a atingir valores históricos. Para além do grande desenvolvimento da cooperação energética, da energia nuclear, de altas tecnologias e das tecnologias espaciais (Hoh, 2019).

Em 2016, como já foi mencionado, o Presidente Xi Jinping visitou a região e conseguiu alcançar um acordo com os países do Conselho de Cooperação do Golfo (Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Qatar e Omã) para acelerar a criação de um Tratado de Livre-Comércio. Outro acordo que também ficou concluído foi com o Irão que delineava uma visão de comércio bilateral que alcançaria 600 mil milhões de dólares até 2026. A China propôs também a criação de uma linha ferroviária de alta velocidade que ligaria a província de Xinjiang a Teerão (capital do Irão), tendo a viagem inaugural acontecido em 2016, com a duração de 14 dias, em comparação com os 45 dias que demora a viagem por rota marítima (Janardhan, 2020).

Os acordos de *swap* de moeda local que a China celebrou com o Egito, Qatar e Emirados Árabes Unidos proporcionaram um ímpeto adicional ao comércio da China com o Médio Oriente, acelerando a tão desejada internacionalização do Renminbi. Estes acordos permitiram alavancar a liquidação do comércio de petróleo em Renminbi, pondo em risco o sistema dos Petrodólares. Alguns países, como a Rússia, o Irão e outros países do Médio Oriente já fazem essa liquidação em Renminbis, sendo que a inclusão desta moeda no cabaz internacional do FMI (Direitos de Saque Especial) e a aceitação da Autoridade do Canal do Suez do pagamento das taxas de trânsito através desta moeda, têm ajudado o Renminbi a internacionalizar-se e a valorizar (Chen, 2020).

A BRI encontra-se a impulsionar o papel da China enquanto grande investidor na região do Médio Oriente. A China aumentou, em muito, os investimentos em vários países do Médio Oriente, estabelecendo zonas industriais, desenvolvimento de portos estratégicos, centros de logística, ferrovias, rodovias, estando envolvidas várias instituições financeiras chinesas que prestam apoio financeiro a muitos dos projetos desenvolvidos na região. Por outro lado, a BRI também pode estimular o comércio e os investimentos intrarregionais entre o Irão e alguns dos países vizinhos, como o Omã e o Iraque, existindo já vários projetos entre estes países, incluindo uma ferrovia que ligará o Irão aos países do leste do Mediterrâneo e que desempenham um papel vital na promoção do comércio regional, dando ao Irão um papel importante enquanto centro logístico (Chen, 2020).

Posto isto, compreende-se que a BRI tem um enorme potencial para redefinir e estabelecer novos centros no Médio Oriente, especialmente porque esta iniciativa privilegia e impulsiona a procura por transportes marítimos e terrestres, assim como os serviços de logística, aumentando também os volumes de comércio, podendo fortalecer a posição dos estados do Médio Oriente como um provedor de serviços de logística, e neste caso, o Irão estará a posicionar-se para, a longo prazo, tornar-se um grande centro de logística regional.

Conclusão

O aumento da presença chinesa no Médio Oriente, numa altura em que outras potências globais estão a reduzir a sua presença na região, assim como os EUA que anunciaram a sua mudança de atenção para a Ásia-Pacifico, permitem à China uma série de possibilidades. No entanto, existem muitos pontos de interrogação nas implicações para os atores regionais e externos, isto porque até ao momento, a estratégia global da China tem se concentrado na salvaguarda da soberania, dos seus interesses marítimos e dos interesses internos da China.

Ao longo deste working paper analisou-se, de forma sucinta, a estratégia da China no que concerne à promoção da BRI no Médio Oriente, tentando enumerar algumas das implicações económicas e geoestratégicas para a região. Esta análise permitiu concluir que a China tem vindo a intensificar a sua presença no Médio Oriente, percebendo-se também que as ações chinesas são amplamente motivadas pelo seu desejo e ambição de enfrentar os seus desafios internos, assim como redefinir e remodelar a ordem internacional vigente, com vista a garantir a sua ascensão contínua. A BRI, por sua vez, encontra-se consagrada na Constituição do país, sendo fundamental para o desenvolvimento das ambições chinesas, e o Médio Oriente é uma região crucial, pela abundância de recursos energéticos, bem como pela sua localização estratégica na interseção da rota terrestre da BRI com a rota marítima. Por outro lado, a região detém pontos de estrangulamento marítimos que são vitais para a China e os países tem enormes mercados com potencial de crescimento, sendo que a maioria dos países da região já deu o seu apoio à BRI e participam fortemente nas instituições financeiras lideradas pela China.

Apesar do vasto conjunto de oportunidades que a BRI oferece, existem várias implicações económicas e geoestratégicas que podem representar um risco para alguns países do Médio Oriente. Uma das principais implicações geopolíticas é o papel crescente do Irão e a sua ascensão enquanto país crucial na BRI. Dadas as suas aspirações revisionistas, ambições em tornar-se uma potência regional e a crescente rivalidade com os muitos governos liderados por sunitas na região, a BRI pode contribuir intensamente para a dinâmica política na região. Em termos económicos, a BRI tem um enorme potencial para mudar o padrão de comércio e investimento no Médio Oriente, assim como redefinir centros regionais e aumentar a contribuição do Médio Oriente para a cadeia de

valor global. Esta iniciativa tem um enorme potencial para aumentar a importância estratégica do Canal do Suez e do próprio Egito no Médio Oriente. Por último, a internacionalização do Renminbi é fortemente apoiada pela promoção da BRI no Médio Oriente, à medida que aumenta a cooperação financeira e monetária entre os países do Médio Oriente com a China, devido, em parte, ao aumento das relações comerciais.

Bibliografia

Aboul-Dahab, K. (2021). The Virtual Silk Road between China and the Arab States. Asian Journal Of Middle Eastern And Islamic Studies, 14, 1-13. doi: 10.1080/25765949.2021.1898813

AIIB. (2018). Asian Infrastructure Finance 2019 - Bridging Borders: Infrastructure to Connect Asian and Beyonf.

Chen, C. (2020). China in the Middle East: an Analysis from a Theoretical Perspective of "Path Dependence". East Asia, 37(3). doi: 10.1007/s12140-020-09352-9

Chen, M. (2020). Reflections on New Trends in the Oil Market and China-Saudi Arabia Energy Cooperation. Asian Journal Of Middle Eastern And Islamic Studies, 14(4), 505-515. doi: 10.1080/25765949.2020.1841989

Dedecan, M. (2020). Can the China be an Influential and Essential Player in the Middle East (pp. 1 - 19). Turkish Asian Center for Strategic Studies. Retrieved from https://tasam.org/Files/Icerik/File/%C3%87in_EN_pdf_37f05e11-5cb5-4c3d-b6ce-79c7afc22630.pdf

Fraihat, I., & Leber, A. (2019). China and the Middle East after the Arab Spring: From Status-Quo Observing to Proactive Engagement. Asian Journal Of Middle Eastern And Islamic Studies, 13(1), 1-17. doi: 10.1080/25765949.2019.1586177

Hiim, H., & Stenslie, S. (2019). China's Realism in the Middle East. Survival, 61(6), 153-166. doi: 10.1080/00396338.2019.1688578

Hoh, A. (2019). China's Belt and Road Initiative in Central Asia and the Middle East. Digest Of Middle East Studies, 28(2), 241-276. doi: 10.1111/dome.12191

Hussain, E. (2020). CPEC and the Belt and Road Initiative: Economic Implications for the Greater Middle East. Asian Journal Of Middle Eastern And Islamic Studies, 14(1), 35-50. doi: 10.1080/25765949.2020.1728970

Janardhan, N. (2020). Belt and Road Initiative: China's Diplomatic-Security Tool in the Gulf?. Asian Journal Of Middle Eastern And Islamic Studies, 14(1), 1-17. doi: 10.1080/25765949.2020.1728968

Kamel, M. (2018). China's Belt and Road Initiative: Implications for the Middle East. Cambridge Review Of International Affairs, 31(1), 76-95. doi: 10.1080/09557571.2018.1480592

Laadam, J. (2019). China's Strategic cooperation and Its interest position in the Middle East region. International Affairs And Global Strategy, 72, 25-31. doi: 10.7176/iags

Liangxiang, J. (2021). China and Middle East Security Issues: Challenges, Perceptions and Positions (pp. 1-23). Istituto Affari Internazionali. Retrieved from https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep26107.pdf

Niblock, T. (2020). China and the Middle East: A Global Strategy Where the Middle East has a Significant but Limited Place. Asian Journal Of Middle Eastern And Islamic Studies, 14(4), 481-504. doi: 10.1080/25765949.2020.1847855

Ponížilová, M. (2018). Foreign Policy Activities of China in the Middle East: Establishing Energy Security or Being a Responsible Emerging Power?. Journal Of Balkan And Near Eastern Studies, 21(6), 643-662. doi: 10.1080/19448953.2018.1506292

Rózsa, E. (2020). Deciphering China in the Middle East (pp. 1-9). European Union Institute for Security Studies (. Retrieved from https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep25023.pdf

Russel, D. and **Berger**, B. (2019). Navigating the Belt and Road Initiative. Asia Society Policy Institute

Shang, H. (2019). The Belt and Road Initiative: Key Concepts. Peking University Press & Springer Singapore. doi: 10.1007/978-981-13-9201-6

Sun, D. (2019). China's Whole-of-Region Diplomacy in the Middle East: Opportunities and Challenges. China Quarterly Of International Strategic Studies, 05(01), 49-64. doi: 10.1142/s2377740019500015

Xing, Li (ed) (2019). Mapping China's 'One Belt One Road Initiative. International Political Economy Series, Palgrave Macmillan. doi: 10.1007/978-3-319-92201-0

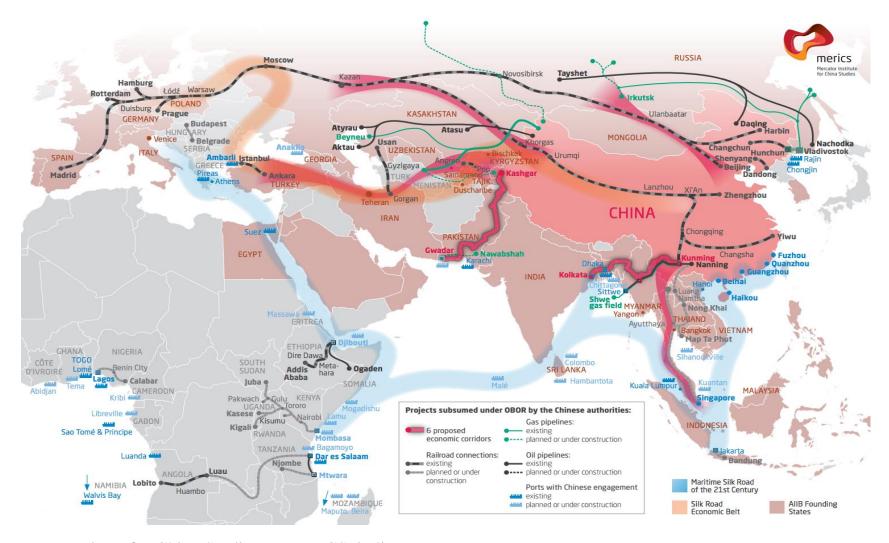
Yang, Z., **Du**, L., & **Ding**, L. (2020). The China-Saudi Arabia (Jizan) Industrial Park under the Belt and Road Initiative. Asian Journal Of Middle Eastern And Islamic Studies, 14(4), 528-537. doi: 10.1080/25765949.2020.1841990

Sobre o autor:

DIOGO CARDOSO é mestrando em Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa), sendo também licenciado em Relações Internacionais pela mesma instituição. Áreas de interesse de investigação: República Popular da China, Política Externa Chinesa, *Belt and Road Initiative*, Geopolítica e *Global Governance*.

Anexos

Anexo 1- Belt and Road Initiative e Corredores Económicos



Fonte: Mercator Institute for China Studies – MERICS Online.

Anexo 2- Hierarquia das parcerias diplomáticas da China no Médio Oriente, no âmbito da BRI

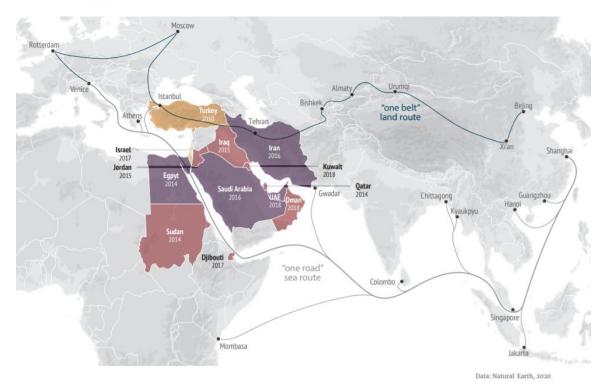
Hierarchy of diplomatic partnerships China's partnerships with Middle Eastern countries falling within the scope of the Belt and Road Initiative Comprehensive strategic Strategic partnership Comprehensive co-operative Comprehensive innovative Defined by former Chinese Premier Wen When bilateral ties At this level, the two This basically designates the same level of ties as between China and a sides aim to maintain a the comprehensive Jiabao as partner country are robust momentum of upgraded to the strategic all-dimensional, high-level exchanges,

wide-ranging and multi-layered cooperation' in various fields, transcending 'differences in ideology and social systems'. This represents the highest level of bilateral ties with

level, the two nations co-ordinate more closely on regional and international affairs, including military ones.

enhance contacts at various levels and boost mutual understanding.

strategic partnership. But as Israel already has strategic ties to the United States, China and Israel refer to their comprehensive partnership as innovative rather than strategic.



Fonte: Rózsa, E. (2020). Deciphering China in the Middle East (pp. 1-9). European Union Institute for Security Studies

© Instituto do Oriente Para citar este *Working Paper* / To quote this Working Paper: Cardoso, D. (2021). Belt and Road Initiative: Uma análise da conjuntura regional e das implicações para o Médio Oriente. Working Paper. Instituto do Oriente. Disponível em: https://ioriente.iscsp.ulisboa.pt/index.php/pt/publicacoes/working-papers Copyrights: Os working papers publicados pelo Instituto do Oriente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-ULisboa) encontram-se disponíveis para consulta e reprodução, desde que para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respetivo autor. Para efeitos de reprodução é obrigatória a inclusão da citação anteriormente indicada. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.